

# **ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA A PARTIR DE ASSOCIAÇÕES RURAIS E SUAS CONTRIBUIÇÕES NO DESENVOLVIMENTO LOCAL NO MUNICÍPIO DE NOVA FÁTIMA-BAHIA.**

**Ricardo Cunha da Silva<sup>1</sup>; Ozileide Matos Moreira<sup>2</sup>;**

**RESUMO:** O Município de Nova Fátima, no semiárido baiano, vem há alguns anos mudando a forma de permanência do agricultor na região, a partir de ações de cooperação entre agricultores e em parceria com projetos juntos ao governo do Estado. A forma como os agricultores tem se articulado as Associações Rurais mostra que há possibilidades de organização mútua e a disseminação da prática da Economia Popular Solidária como uma oportunidade para aperfeiçoar a produção agrícola local e as práticas de convivência e reprodução social na região de origem. Isso tem contribuído com as mudanças na dinâmica regional, onde apesar das adversidades climáticas, a prática e o conhecimento compartilhado entre agricultores são disseminados sem fins lucrativos, além de propagar a necessidade de se conviver em harmonia com o ambiente local, afirmar a identidade regional, representar e valorizar a autogestão dos estabelecimentos rurais, superando assim o desemprego e as diferenças sociais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Economia Popular e Solidária. Desenvolvimento local. Associações rurais.

## **1 INTRODUÇÃO**

As transformações contemporâneas na sociedade e nos processos produtivos junto às dificuldades enfrentadas pelos habitantes do semiárido, inclusive pelas adversidades climáticas, gerou ao longo dos anos a saída de muitos nordestinos em direção ao sudeste do país em busca de emprego e melhores condições de vida. Essas alterações causaram grandes transformações no cenário econômico do país e até mesmo a exclusão social de pequenos agricultores que venderam, a baixos valores, ou abandonaram suas terras em busca de novas oportunidades em grandes centros urbanos.

A Economia Popular Solidária foi adotada como uma forma de competição no mercado capitalista, conforme Paul Singer (2005 e 2008), que também busca em resgatar os membros da pobreza e lhes proporcionar possibilidades de crescimento econômico, relacionando com (CATTANI 2003 p. 269), “a economia solidária é uma economia alternativa ao sistema capitalista, dotada de transformação social”. Já Barbosa (2007),

---

1 Graduando de Licenciatura em Geografia pela Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS. ricardo-cunha2011@live.com.

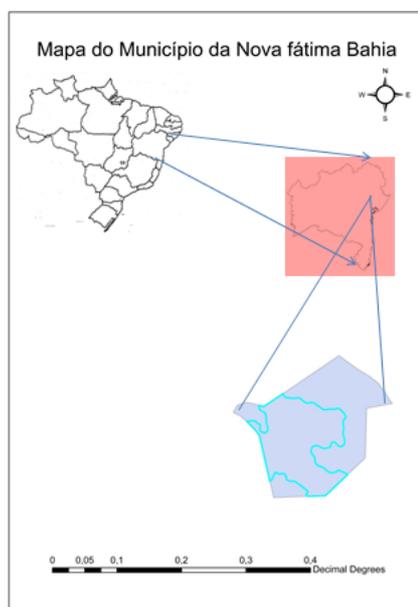
2 Mestranda junto ao programa de pós-graduação em planejamento territorial – Mestrado profissional PLANTERR da Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS. ozileidem@gmail.com

atenta a economia solidária como um novo cenário de experiências de trabalho, resultada de desemprego e reprodução social. O surgimento de sindicatos rurais faz parte da construção de práticas alternativas de atividades econômicas sob as perspectivas de igualdade e de solidariedade, onde as limitações na comunidade são semelhantes e os atores participantes apoiam-se possibilitando novas relações de trabalho, com o intuito de superar as dificuldades, inclusive financeiras, e fazer multiplicar essas práticas através de movimentos sociais, conforme Cunha (2003).

## 2 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

O município de Nova Fátima-Ba, pertence ao Território de Identidade da Bacia do Jacuípe e aderiu à Economia Popular e Solidária como forma de contribuir na renda de famílias de agricultores, para isso, inaugurou no dia 09 de setembro de 2015, o CESOL (Centro Público de Economia Solidária), antes sediada no Município de Pintadas e transferida para Nova Fátima devido a sua localização estratégica, que está às margens da BR 324 sentido norte.

Figura 1: Mapa Recorte do Município de Nova Fátima-Bahia



Mapa elaborado por SILVA, R.C. Base de Dados SigBahia.

No município de Nova Fátima, agricultores são beneficiados com apoio da Secretaria de Desenvolvimento Rural, como uma nova alternativa voltada à geração de renda, ocupação e segurança alimentar. Tratam-se do projeto de criação de galinhas caipiras, produção de mel, caprinocultura, gado, leite e derivados: doces e laticínios.

Executado com o apoio de Programa de Combate à Pobreza Rural (PCPR)/Produzir, executado pela Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), empresa da Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional (Sedir). Os principais parceiros quanto à ajuda financeira são o Sicoob (Cooperativa de Crédito Rural do Semiárido da Bahia LTDA) e o Banco do Brasil. Projetos como estes visam melhorar a qualidade dos alimentos consumidos pelas famílias dos agricultores, com a oferta destes não apenas para o consumo, cumpre ainda a missão de criar a oportunidade de um crescimento econômico local para os produtores da região, através da comercialização do excedente da produção. As associações rurais têm contribuído para a organização de ações coletivas, fenômeno ligado pela rede de articulações que se estabelece e faz fortalecer as relações sociais, ajudando a ampliar a sustentabilidade social, visto que, os espaços onde isso acontece são os menos favorecidos pela atuação do poder público. O município em si, não tem tendências quanto á proliferação de ações sociais, já que essas ações interferem e perturbam os interesses políticos, muito menos tem desenvolvido forças quanto a regulamentação, certificação e crescimento das associações rurais, apenas tem surtido efeito na região ou cidades vizinhas. Um dos motivos do não desenvolvimento e crescimento das associações é a falta de apoio público, que ao invés de incentivar, muitas vezes tem apreendido a produção de muitos agricultores, como: derivados de leite, animais abatidos, embora clandestinamente, animais vivos e até mesmo ovos, alegando condições sanitárias, o que é necessário quando se envolve a saúde humana, mas faz-se também necessário o apoio financeiro, apoio técnico, facilitação fiscal entre outros fatores burocráticos, para que o agricultor permaneça no semiárido produzindo, gerando renda, não apenas para a máquina pública, mas também para a manutenção de sua família e não apenas de necessidades alimentares. É preciso pensar políticas mais comprometidas com a transformação social, não apenas “abafar” as expressões da questão social, mas criar alternativas que contribuam para uma emancipação humana. A Economia Popular e Solidária presente no município é, sem dúvidas, modalidade econômica vem se desenvolvendo em todos os “cantos” do mundo, no entanto é importante destacar que o envolvimento e responsabilidade por parte dos diversos setores da sociedade, sejam instituições públicas ou privadas e demais organizações, torna-se de suma importância, pois podem contribuir para o fortalecimento e afirmação desta na sociedade, em muitos casos a prática já é exercida, de certa forma e não reconhecida ou entendida como tal aspecto de organização, mas funciona ao ver que agricultores da região se reúnem para aprender e trocar e trocar conhecimento entre os demais integrantes das associações rurais.

Conforme o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) a área em estudo localizada a uma 11°36'26" sul e a 39°37'55" oeste, estando a uma altitude de 298 metros, possui uma extensão territorial de 350 km<sup>2</sup>, localizado no bioma da caatinga. Neste havia a produção de agave, mas de tornou deficiente. Desde então agricultores do município tentaram de diversas formas permanecerem na região, apesar das adversidades climáticas e da falta de recursos e apoio governamental. A criação das associações rurais partiu de iniciativa dos próprios agricultores, na intenção de atrair investimentos e/ou apoio ao homem do campo, como: máquina para aragem das terras, abertura e manutenção de estradas, e escavamento de açudes, sementes para plantio, empréstimos financeiros.

### **3 A ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA COMO DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

A economia popular solidária tem como objetivo levar conhecimento para os empreendedores rurais usando as associações como ferramenta de auxílio e apoio na produção e comercialização de produtos da região, região que tem por definição conforme de Santos (1985 e 2003) apud (BRITO, 2005), “onde esta é vista como espaço de identidade” e segundo o mesmo autor “As regiões se formam a partir de solidariedade orgânica”, além de promover conhecimento ao produtor em busca de melhorias na qualidade dos produtos com preços justos e o desenvolvimento territorial da região, este desenvolvimento contempla não apenas à um município, pois o que é produzido é também vendido para municípios vizinhos e agricultores de outros lugares aprendem técnicas com agricultores locais. O conceito de região, não deve ser abordado de forma simplória, pois sua discussão é complexa e é aqui observado como unidade, sem estabelecimento de hierarquia. O conceito região pode ser abordado como uma região administrativa que é uma divisão regional organizada pelo Estado nacional para facilitar a administração e a governança de um país. Este conceito tem uma origem artificial, disposta por leis, independentemente do facto de a divisão ter em conta critérios geográficos. Esse conceito de região, portanto, leva em conta, para sua definição, centralmente os aspectos físicos e naturais. Por outro lado, a região geográfica, apesar de não se diferenciar em muitos aspectos da região natural, considera também a participação do homem com relação à natureza. O homem constituiu parte ativa da região, conforme se verifica em:

[...]. Segundo essa perspectiva, “possibilista”, as regiões existem como unidades básicas do saber geográfico, não como unidades morfológica e fisicamente pré- constituídas, mas sim como o

resultado do trabalho humano em um determinado ambiente (CASTRO, CORRÊA e GOMES, 1995, p. 56).

GOMES (1995) relata que região em um dado momento histórico, dito por filósofos, surge de forma ampla com centralização do poder e seu espalhamento do espaço geográfico. Nas várias concepções sobre região, as mais comuns conforme FONSECA (1999), regiões singulares, região como classe de áreas, região de vivência, região do capital e região do poder. Apesar de ser uma fase evolutiva do conceito, as características apresentam realidades de quem vive na localidade e reproduz a vida, a cultura e os costumes. As formas regionais são explicadas pelos fenômenos que acontecem nos lugares e se perpetuam no dia-dia de uma população. Cultura da população também caracteriza a região como discutem CLAVAL (1981), via a região-paisagem como maior objeto da geografia, GOMES (1995), que via as formas regionais como perspectivas de dinâmicas, valendo também ressaltar as contribuições de Alfred Hettner, Carl Sauer valorizando a dimensão cultural das paisagens, Hartshorne pondo o conceito região como método da geografia, que buscava a síntese através da integração dos fenômenos heterogêneos. A região passa a ser objeto concreto de análise para o planejamento de ações públicas, remetendo ao pensamento teórico quantitativo. A região é também abordada por TUAN (1980), como um espaço valorizado, não pelo custo em dinheiro, mas por que o espaço circundante expressam representações absorvidas no cotidiano, chegando a criar um elo de afetividade entre o homem e o lugar, para este autor a região é também ambientada e É provável que todo esse dilema seja real, mas o que precisamos, verdadeiramente, é pensar nesses novos elementos e na necessidade de incorporá-los nos conceitos que já temos prontos e que, evidentemente, não atendem mais à fluidez, à dinâmica dessa nova realidade. Aproveitemos a possibilidade do nosso tempo pós-moderno, para encarmos um debate que é nosso na empreitada de atualizá-lo mediante os novos arranjos espaciais redefinidos pela globalização. Numa breve reflexão, a região natural, oriunda da corrente determinista desconsidera a sociedade em suas análises. Por outro lado a região geográfica, baseada em La Blach, considerou a ação do homem na delimitação de uma região, observação atualmente ultrapassada. Contudo, a relação homem-meio, que faz parte da construção da região, é desarmoniosa, o que ocasiona no conflito das relações de classe presentes na binômia sociedade natureza.

De certa forma, entende-se que esta nova dinâmica de transformação está vinculada a uma organização social de agricultores articulados com o papel de cidadãos

que reivindicam políticas públicas que regem seu território e que se adequem ao cenário e condições climáticas locais.

A tomada de decisão tem como objetivo contribuir com a afirmação de movimentos sociais que surgem em diferentes locais e situações. Conforme PAMPLONA (BNDES),

A economia solidária é uma oportunidade de atuação com potencial de estruturar de forma mais eficaz as populações de baixa renda, buscando superar a vulnerabilidade típica dos setores populares, por meio da união de forças para superar desafios comuns. Ao criar condições para o surgimento e fortalecimento de economias em regiões de “vazios econômicos” e assim fixar população nas pequenas cidades, pode potencializar o desenvolvimento regional e a desconcentração da riqueza no País.

Compreende-se que o sistema econômico vigente exerce grande influência na sociedade e com isso acarreta muitos problemas sociais, por exemplo a precarização de vagas de trabalhos, aumento do desemprego, aumento da informalidade e passa a valorizar as inovações tecnológicas, condicionando insegurança ao trabalhador rural por exemplo, que se sujeita a deixar suas terras e buscar empregos, serviços e melhores condições de vida, insuflando os centros urbanos. Neste sentido, ao pensar na Economia Solidária, esta pode se considerar uma modalidade econômica que coloca o trabalhador como ator principal, o que “[...] poderá representar uma alternativa possível de reinserção social e econômica para as camadas mais empobrecidas e prejudicadas pelos efeitos perversos da globalização” (PEDO, 2007, p. 45). A prática de Economia Popular e Solidária ainda necessita de muitas discussões a cerca de sua importância para a sociedade, mas tem avançado bastante na região de Nova Fátima, para a consolidação de economia, num processo pouco discutido e transparente com os parceiros e com a participação maciça dos trabalhadores rurais.

Sendo assim é preciso parceria entre organizações governamentais tipo a Fundação Banco do Brasil e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) segue um modelo positivo muito mais pelo que pode representar do que pelos resultados efetivos. Há avanços, mas ainda existem uma série de problemas para poder operacionalizar, a exemplo a fiscalização da ADAB (Agência de Defesa Agropecuária da Bahia) que suprime os agricultores e não colaboram para a certificação, afirmação, regulamentação e crescimento das associações rurais locais.

#### **4 REDE DE COMÉRCIO JUSTO**

No Brasil, diferente de muitos países Europeus, por exemplo, a relação histórica de apropriação dos meios produtivos foi diferente e as alternativas ao sistema produtivo são diversas, pois há uma grande variedade de recursos. O comércio justo passa a articular manobras onde a sociedade desenvolve um contexto singular com um conjunto de iniciativas, é uma construção original de um caminho, o qual tem possibilitado grandes conquistas em todo o país. O desafio do comércio justo através da economia popular solidária é um desafio no Brasil, pois as políticas públicas são em sua maior parte destinadas à grandes produtores agrícolas, mas as experiências brasileiras de nichos de práticas alternativas tem colocado o país em destaque internacional de agenda estratégica comercial voltado para o mercado doméstico conforme MENDONÇA (2011). Segundo o IPEA (Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas), a comercialização dos produtos produzidos pela economia popular solidária, ainda é um desafio, nas cinco regiões do país são quase dois milhões de trabalhadores, para garantir a estabilidade econômica dos empreendimentos solidários. No município em estudo são comuns as reuniões tanto no Centro de Economia Popular Solidária quanto nas associações rurais, em destaque para as organizações de campo religioso, para discutirem articulações a serem tomadas e justamente o preço dos produtos, uma importante ação do campesinato, são comuns reuniões, oficinas e treinamento, mas todos envolvem troca, principalmente de experiências. Durante longos anos, prevaleceu nas concepções do desenvolvimento da região das secas, a visão de que elas seriam o problema a ser enfrentado e de que a tecnologia seria a solução a ser adotada para tal problema. O desenvolvimento então era uma questão restrita à competência do poder do Estado. Somente nos últimos anos a articulação de agricultores e projetos de políticas públicas contribuiu para a ascensão no campo a partir da iniciativa privada e das associações rurais com o apoio da economia popular e solidária.

## **5 DISCUSSÃO E RESULTADOS ALCANÇADOS**

Afirma-se assim que a Economia Popular e Solidária infere-se neste estudo como uma política pública capaz de possibilitar o desenvolvimento local sustentável, em especial porque este deve acontecer sobre o alicerce de um processo dialético entre economia popular e solidária e a educação popular, diferenciado, tendo em vista a necessidade de educação e conhecimento em dose e níveis adequados a cada passo do processo.

Observa-se que, embora também se destaque a racionalização dos recursos produtivos como qualidade dessa “verdadeira arte”, o que o conceito de Duque (2002)

ênfatiza, entretanto, é o cotidiano dos produtores, as práticas que eles realizam, como fundamento da convivência com o semiárido e não a tecnologia industrial.

Dentro desse contexto destacam-se as associações rurais e a dimensão de gênero integrada à perspectiva de trabalho e desenvolvimento local. A criação das associações rurais e a inserção da mulher nestas se deu a partir de um processo de mobilização social, que busca superar as desigualdades no modo de produção vigente e nos valores produtivos do homem e da mulher nas atividades rurais. Esse processo, economia popular solidária, tem permitido aos agricultores novas possibilidades e aprendizagens para conviver com as adversidades do semiárido e às mulheres maior visibilidade e inserção como lideranças nas associações e sindicatos rurais, proporcionando novas organizações e articulação para reivindicar direitos, atividades de capacitação e educação, e discussão dos problemas particulares enfrentados pelas mulheres. A atividade produtiva das mulheres do município tem permitido a continuidade das associações da sociedade civil e a melhoria da produção desenvolvida na zona rural e incentivada pelos programas governamentais, já que são elas participam diretamente do manejo dos animais, no caso dos frangos caipiras e do beneficiamento das mercadorias produzidas a partir de leite e de frutas no município. O protagonismo das mulheres lhes garante maior autonomia sobre suas vidas, buscando melhorar as relações de poder e as condições econômicas e sociais de sua casa e entorno, atingindo todo o município.

No tocante as questões econômicas, conforme informações extraídas do Ministério da Fazenda, IBGE e Tesouro Nacional, em comparação a outros municípios vizinhos, a gestão política atual tem dado ênfase ao desenvolvimento local, tendo investido em melhorias que satisfaçam a população e atraído projetos para o município, contribuindo assim para o desenvolvimento da agricultura e acessão social. Dados que podem ser comparados a partir de sites do governo federal, além de constatações *in Loco*.

## **6 CONCLUSÕES RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Verificou-se, que a Economia Popular e Solidária incentiva à cooperação entre os trabalhadores inseridos a participação feminina como parte do processo para a construção coletiva de soluções que gerem trabalho e renda, com respeito ao meio-ambiente. Essas soluções alternativas desenvolvem-se de forma democrática, ou seja, respeitando a vontade dos membros e construindo uma teia de colaboração, a partir do

trabalho de cada participante e da população local que consome e propaga a qualidade do que é produzido.

A Economia Popular e Solidária é construída coletivamente e possibilitada por agentes participativos da sociedade, população e estado, através da gestão pública e dos integrantes em todos os processos decisórios, através do direito à democracia, liberdade e autogestão de cada um e do empreendimento. As iniciativas presentes nestes empreendimentos se tornam diferentes e alternativas com relação ao sistema vigente, pois mesmo em pequena escala, os interesses representam uma mudança social.

Ao pensar a atual conjuntura social depara-se com inúmeras situações que precisam ser superadas: o desemprego, a miséria, a pobreza, a baixa escolaridade, também servindo como alternativa aos agricultores do semiárido Brasileiro, como afirmação de identidade e sobrevivência com as adversidades ambientais e falta de assistência pública, entre outras. Assim, a economia solidária, ao se firmar na sociedade como uma nova alternativa econômica, projeta-se não só para um desenvolvimento econômico, mas considera que é preciso valorizar um crescimento integral do sujeito, para gerar a mudança social esperada.

A autogestão é por fim uma característica da iniciativa dos produtores rurais integrados às associações rurais e ao centro de economia popular solidária de forma democrática e igualitária dando assim possibilidades de ascensão social, ainda mais na região semiárida do Brasil. É indispensável que políticas públicas passem a fazer parte cada vez mais da vida de pessoas de regiões como esta, com dificuldades diversas, mas também não se pode esquecer da inclusão do trabalho e aprendizado feminino na composição tanto das famílias, do campesinato e das associações rurais, possibilitando a abertura tanto do trabalho como das discussões à diferente gênero. O desejo de superação, certamente, são maiores que as dificuldades existentes, mas nada se compara à atitude, disponibilidade e interesse do sertanejo nordestino em sobressair dos percalços danosos ocasionados pelo modo produtivo e sistema político vigente.

## **REFERÊNCIAS**

BARBOSA, R. N. de C. **A economia solidária como política pública: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2007. 317p.

BRITO, Thiago Macedo Alves de. **A METAMORFOSE DO CONCEITO DE REGIÃO: LEITURAS DE MILTON SANTOS**. UFMG.

CATTANI, A. **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003.

CLAVAL, P. **Espaço e Poder**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979: Evolucion de La Geografia Humana. Barcelona: Oiko-tau, 1981.

CUNHA, G. C.; DAKUZAKU, R. Y.; SOUZA, A. R. de. (orgs.) **Outra economia é possível: Paul Singer e a economia solidária**. São Paulo: Contexto, 2003. 320p.

IBGE, **Instituto Brasileiro de Geografia e estatística, Censo Demográfico 2010**. em:<>.

\_\_\_\_\_.em:

MENDONÇA, Haroldo. **Comércio Justo e Economia Solidária no Brasil e o Processo da Política Pública na sua Promoção**. Mercado de Trabalho, IPEA, 2011.

PAMPLONA, Leonardo. **Políticas públicas de geração de trabalho e renda: o desafio da atuação do BNDES na economia solidária**. BNDES Setorial 30, p. 63 – 102

PEDÓ, Jane Cláudia Jardim. **O cooperativismo na perspectiva da Economia Solidária: Evidências locais a partir do caso da COOPAL**. 2007. 143 p. Tese (Doutorado em Ciências I). Faculdade de Agronomia Eliseu Maciell, UFPEL, Pelotas.

SINGER, P. I. **Globalização e Desemprego: diagnósticos e alternativas**. 7º ed. São Paulo: Contexto, 2008. 139 p.

\_\_\_\_\_. **Economia solidária versus economia capitalista**. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/se/v16n1-2/v16n1-2a05.pdf>>.